



*DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL*

## **“ÚLTIMA HORA”: A INVENÇÃO DO JORNALISMO INVESTIGATIVO**

**Gisele Marques<sup>1</sup>**  
**Leonel Azevedo de Aguiar<sup>2</sup>**



---

<sup>1</sup> Gisele Marques

<sup>2</sup> Professor Associado do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução .....</b>	<b>02</b>
<b>2. Conceitos e definições .....</b>	<b>05</b>
<b>3. Jornalismo Investigativo: mero pleonasma? .....</b>	<b>07</b>
<b>4. A interferência do autor na narrativa jornalística: notas sobre <i>Abusado</i> e <i>Rota 66</i> .....</b>	<b>08</b>
<b>5. Linha Direta: pretensão jornalismo imparcial e neutro .....</b>	<b>10</b>
<b>6. As narrativas no jornal <i>Última Hora</i> .....</b>	<b>12</b>
<b>7. “Última Hora”: a invenção do jornalismo investigativo .....</b>	<b>14</b>
<b>8. Considerações finais .....</b>	<b>16</b>
<b>9. Referências bibliográficas .....</b>	<b>18</b>

## 1. Introdução

Este trabalho terá como finalidade questionar a idéia de jornalismo como o espelho do social para, então, trazer a reflexão sobre as notícias como meio de construção da realidade. O nosso foco estará direcionado para as reportagens chamadas investigativas. Diante desse contexto, colocaremos em diálogo expoentes do gênero, que trazem visões divergentes acerca do tema e nos esclarecem sobre a parte prática da profissão.

Dentro dessa proposta, apresentaremos uma análise sobre as primeiras edições do jornal *Última Hora*, a partir de sua primeira publicação, em 12 de junho de 1951. O objetivo é saber como eram as narrativas das chamadas “grandes reportagens” - que ocupavam destaque no jornal e muitas vezes tinham continuidade em mais de uma edição - e compará-las com o “modelo” atual de jornalismo investigativo. Vale ressaltar que, na época, ainda não havia o gênero em questão, mas as chamadas “grandes reportagens” já tinham características muito semelhantes às das reportagens investigativas.

Outra questão que merece ser analisada é a própria expressão “jornalismo investigativo”. Muitos profissionais da área ou mesmo teóricos criticam-na, tomando como premissa que todo jornalismo deveria ser considerado investigativo. A partir daí, a nomenclatura seria um mero pleonasma. Entretanto, a intenção deste trabalho é, também, provar que ainda que haja coerência nesta corrente de pensamento, é preciso diferenciar o jornalismo investigativo das outras formas de trabalho, uma vez que a categoria em questão é responsável por uma dedicação distinta de tempo e de empenho para realizar a apuração detalhada acerca do tema ao qual o repórter pretende divulgar.

O resultado, muitas vezes, é tão extenso que pode até mesmo não caber no veículo a que está destinada a publicação. Para isso, uma saída cada vez mais comum para o público ter acesso, na íntegra, à reportagem, tem sido a elaboração do formato “livro-reportagem” ou mesmo dos documentários em vídeo. Por isso, analisaremos também a influência que as narrativas jornalísticas exercem sobre a sociedade. Tomando como ponto de partida desse estudo a condição subjetiva do discurso, incluiremos uma breve análise de reportagens publicadas no formato ‘livro-reportagem’ que ganharam bastante notoriedade, como *Abusado – o Dono do Morro Dona Marta e Rota 66*, de Caco Barcellos.

O gênero trata de desvios de conduta que afetam diretamente à sociedade e normalmente as denúncias são resultado de uma investigação minuciosa por parte dos repórteres. Ao contrário do que muitos pensam, não é sempre que se parte de informações que chegam às redações dos jornais. Mesmo quando uma reportagem investigativa tem como seu ponto de partida uma denúncia, cabe ao jornalista uma extensa apuração sobre o caso, buscando fontes primárias, documentos e provas como condições imprescindíveis para que se chegue à publicação final.

Por isso, é preciso avaliar a prática do jornalismo investigativo diante de sua responsabilidade social. Cabe, ainda, a seguinte indagação: como fica o código de ética diante de um contexto em que são cada vez mais comuns os apelos sensacionalistas em busca da audiência e da lucratividade? E como se dava essa questão nos primeiros anos da década de 50, época em que a lógica mercadológica da imprensa começa a se figurar de forma eficiente no cenário brasileiro?

É importante destacar que o plano de fundo é o modo como começa a se consolidar essa imprensa em território nacional. Antes de 1950, o jornal era um espaço para polêmicas. Os textos tinham um traço predominantemente literário e uma linguagem mais rebuscada. A partir dessa época, a forte industrialização, o ritmo acelerado das transformações urbanas e o avanço tecnológico, como um todo, caracterizavam a atmosfera desenvolvimentista que o Brasil vivenciava. Era um período em que o país começava a buscar uma forma de entender a lógica da imprensa, adequando-a ao processo acelerado no qual as mudanças sociais ocorriam.

Enquanto o Brasil teve cerca de um século para implementar, estudar e, sobretudo, entender como deveria ser o jornalismo, a Europa, a título de exemplo, já estava nesse processo há dois séculos. Essa enorme discrepância de tempo foi uma das grandes responsáveis para que o processo de consolidação e formação da imprensa tenha se dado de forma “atropelada” e até mesmo confusa.

É nesse contexto que esse trabalho pretende nos levar à reflexão. Por meio das comparações das “grandes reportagens” do Jornal *Última Hora* com os critérios de construção das atuais reportagens investigativas será possível compreender qual é o processo ao qual o jornalista passa até que essas reportagens cheguem à fase final de publicação e tentar entender os mecanismos do jornalismo na construção da realidade.

Pretende-se também analisar de que forma o jornalista consegue unir ética e compromisso social na conjuntura democrática brasileira. E, em um contexto em que as notícias vão ganhando

gradativamente um caráter efêmero, que tende à superficialidade, como é possível manter e estimular as reportagens mais extensas e apuradas, ganhando tanta notoriedade como tem sido com o jornalismo investigativo.

## **2. Conceitos e definições**

O jornalismo investigativo possibilita, segundo Dirceu Fernandes Lopes, a formação de cidadãos críticos e provoca mudanças profundas no alicerce das sociedades. Para ele, o gênero em questão deve juntar os cacos da realidade a fim de estabelecer relações entre eles e é responsável pela “busca da verdade oculta” – expressão recorrente nas entrevistas que Lopes e Proença (2003) realizaram com 16 jornalistas investigativos.

“É fundamental que o jornalista investigativo tenha o senso de busca da verdade, da justiça e do equilíbrio. É importante também que tenha o desejo de ver as coisas se realizarem, terminarem. Muitas vezes é necessário trabalhar durante um bom tempo para atingir essas características. Contudo, não se pode esquecer dos aspectos legais e, principalmente, éticos que devem permear uma reportagem investigativa.” (LOPES e PROENÇA, 2003:11).

Para José Luiz Proença, é importante que não se generalize o termo “investigativo”, já que, para ele, não são todas as matérias as investigativas. “É preciso distinguir a chamada matéria bem apurada da reportagem investigativa. Esta tem características bem específicas que podem ser identificadas nitidamente.” (Idem: 195).

Para Ricardo Kotscho, um dos princípios do jornalismo investigativo consiste na procura e no trabalho de contar o que se está querendo esconder da opinião pública. Para Dirceu Fernandes Lopes, o gênero pode ser definido em três linhas básicas: o de iniciativa pessoal, o de reportagens especiais e de assuntos de interesse público. Dessa forma, é fundamental contar como realmente funcionam as coisas e, para isso, a investigação deve ser resultado do trabalho do jornalista. É importante que o objetivo da investigação seja razoavelmente importante para grande parte da população.

Ainda nesse sentido, outro requisito importante é a apresentação total da investigação - em nenhuma hipótese devem ser escondidos dados do público. “Em vista disso, o Jornalismo Investigativo pode ser definido como a busca pela verdade oculta ou mesmo como uma

reportagem em profundidade.” Assim, são objetivos do Jornalismo Investigativo: ir à essência dos acontecimentos, descobrir como funciona a estrutura burocrática do sistema e, ao denunciar a corrupção, as fraudes ou as atividades ilegais, a imprensa se outorga a responsabilidade de servir de trava aos poderes políticos. A neutralidade e a imparcialidade são duas atitudes exigidas do jornalista investigador, além de uma ética rígida e profissional. (Idem: 14-15).

Lopes e Proença definiram que a base dos textos investigativos está na precisão e na exatidão. Nessas reportagens incluem-se, necessariamente, grandes quantidades de dados objetivos narrados em pormenores e a redação final do texto tem a obrigação de abolir todo tipo de recurso literário que distorça os fatos narrados. Para Raimundo Pereira, no processo de apuração e levantamento das fontes, o principal cuidado que o repórter deve ter é a preocupação em mostrar um novo ângulo para determinado fato. “Jornalismo é sempre uma construção a partir de fatos, dos quais você revela alguns.” (Idem: 30) O jornalista deve estabelecer suas próprias fontes, que vão relatar acontecimentos que os jornalistas selecionarão, ou não, como notícias válidas.

Para Percival de Souza, as fontes têm função indispensável em algumas investigações. Ele ressalta que é preciso ter sensibilidade e muita observação e define: Fonte tipo 1: acima de qualquer suspeita; fonte tipo 2: informa corretamente, mas embute interesse; fonte tipo 3: na informação tem parte verdade e parte mentira, além de interesse em atingir pessoas, grupos ou instituições. Para ele, o grande patrimônio do jornalista é a fonte, que só seria dispensável nos assuntos factuais. “Não existe bom repórter sem boas fontes. Simplesmente não existe.” (Idem: 46).

Julio Munoz disse, em Dezembro de 1995, durante a coordenação do painel sobre o Jornalismo Investigativo: “Devemos apostar em uma imprensa que se baseie em fatos, não em rumores”. Ruy Xavier, na mesma ocasião, acrescentou: “O Jornalismo Investigativo não admite erros e a precisão tem que ser absoluta.” (Idem: 24).

Outra questão que deve ser colocada em xeque é o fato de que o jornalismo investigativo, além de permitir o aperfeiçoamento dos profissionais, pode ser também uma peça-chave para a sociedade democrática. “No jogo da democracia representativa, conquistou a imprensa um papel fundamental, o de ser um dos guardiões das instituições.” (Idem: 196).

“A vontade de esclarecer as coisas, fazer a verdade vir à tona são pontos básicos e devem fazer parte da cartilha dos jornalistas que se propõem a fazer reportagens investigativas.

Eles devem estar sempre dispostos a juntar os cacos da realidade e estabelecer relações entre eles, numa verdadeira cruzada para a busca da verdade oculta”. (Idem: 25).

### **3. Jornalismo Investigativo: mero pleonasma?**

Entre os entrevistados no livro de Lopes e Proença, o discurso quanto ao termo “jornalismo investigativo” variou muito pouco. Todos eles destacam os pontos mais importantes de suas rotinas produtivas, mas poucos deixam de refutar o gênero em questão. Para Raimundo Pereira, todo jornalismo é trabalho de investigação. Assim, o jornalismo assemelha-se a qualquer trabalho com pretensão minimamente científica. Para José Arbex, não deveria existir esse gênero, afinal, todo jornalismo deveria ser investigativo. Ele acredita que essa divisão é um divisor que revela um problema na concepção do jornalismo, uma deturpação produzida pela indústria cultural. Idéia essa que Ricardo Kotscho reforça; para ele, jornalismo é a novidade, a história que ninguém contou, já que nada pode ser feito sem investigação ou apuração.

Bob Fernandes também não concorda que exista jornalismo investigativo. Ele defende que todo jornalismo investiga e apura. A expressão seria, na verdade, instrumento de marketing e de revelação na mídia brasileira. “Acho pernóstico dizer jornalismo investigativo.” (LOPES e PROENÇA, 2003: 74). Fernando Rodrigues entende que a expressão é usada para designar um trabalho que exige esforço além do convencional por parte do repórter. Contudo, ressalta que o termo, a rigor, é um pleonasma. Compartilha também dessa postura Jamildo Melo, que defende o jornalismo investigativo como toda e qualquer atividade inerente ao âmbito jornalístico.

Para Roberto Cabrini, fugir das primeiras aparências da notícia, dedicar-se, pesquisar e ter seriedade para tratar o assunto são fundamentais para que um repórter se torne jornalista investigativo. Mas Cabrini questiona o gênero: “O termo não é redundante? Todo jornalismo não deveria ser investigativo?” (Idem: 154).

Caco Barcellos diz que as diferenças entre o Jornalismo Investigativo e a grande reportagem são irrelevantes. “A reportagem é o exercício da curiosidade. Em qualquer editoria, as grandes reportagens exigem procura. Quanto mais curioso você for, maior a possibilidade de você descobrir algo interessante.” (Idem: 162). A jornalista Mônica Teixeira acredita que a investigação está implícita no jornalismo. “Investigar é um dos fundamentos do jornalismo, um é

inerente ao outro, não se separam nunca. A gente bota muitos nomes e sobrenomes em jornalismo, mas jornalismo é só jornalismo. Na minha opinião, Jornalismo Investigativo é a grande reportagem.” (Idem: 170).

É interessante destacar, todavia, que, embora os discursos se assemelhem quanto à análise do termo “jornalismo investigativo”, quase todos dão maior destaque ao preparo que o jornalista deve ter para apurar certas reportagens. Percival considera o jornalismo investigativo algo de extrema relevância, cujo papel é investigar fatos de interesse da sociedade que estejam submersos. Para ele, o ponto de partida pode ser algo insólito, mas que em hipótese alguma deve ser ignorado durante a investigação.

Para Mario Sergio Conti, jornalismo investigativo é aquele que trata de assuntos que não estão diretamente na ordem do dia da publicação e expande a idéia de investigação para além das fronteiras do crime. Seu livro “Notícias do Planalto”, que conta a vida interna das empresas e também revela alguns crimes, tem características de pesquisa histórica e aspectos de reportagem investigativa, por exemplo.

Para Audálio Dantas, o jornalismo investigativo tem uma relação direta com o desenvolvimento das sociedades. A necessidade de trazer novos temas para a discussão no âmbito midiático se dá na medida em que as relações políticas, econômicas e sociais se intensificam e mudam suas formas de processamento. O Jornalismo Investigativo tem uma relevância dentro dos meios de comunicação em massa, no que tange à construção da realidade social e naquilo que a opinião pública passa a conhecer.

Para William Waack, no exercício do jornalismo investigativo, o profissional deve ter a capacidade, a habilidade e a dedicação para revelar fatos cujos participantes não gostariam que viessem à tona. Uma matéria pode nascer de detalhes: fatos cotidianos ou uma nota de jornal; sempre há o que precisa ser melhor explicado.

#### **4. A interferência do autor na narrativa jornalística: notas sobre *Abusado* e *Rota 66***

Entende-se, aqui, que o sujeito do conhecimento constrói o objeto do conhecimento e, por sua vez, é também construído por ele. Assim, o fato e o relato fundem-se. Isso se contrapõe ao



discurso recorrente na comunidade jornalística, que “adota” em larga escala a “Teoria do Espelho”, na qual “o jornalismo reflete a realidade: a imprensa é um “espelho” do real e as notícias são um reflexo – um relato verdadeiro e fiel dos fatos”. (AGUIAR, 2006 apud TUCHMAN, 1983: 79). Para Nelson Traquina, isso ocorre porque o produto jornalístico e o profissional são apresentados para a sociedade muitas vezes de forma distorcida, como um herói que irá salvar a humanidade. (MONTEIRO: 2).

Nesse contexto, vale trazer à tona a interpretação da narrativa jornalística em *Abusado*. Não se pode esquecer, primeiramente, que o *Abusado* já nasceu livro. Esse foi o projeto desde o início e, por isso mesmo, seu texto tem inúmeras peculiaridades. Mas o fato é que a obra gerou conseqüências, principalmente sobre o próprio contexto retratado. Dessa forma, são inegáveis as relações entre a morte do traficante Marcinho VP, protagonista do livro, e a publicação da obra.

Em entrevista ao site [www.facasper.com.br/jo/notas.php?id\\_notas=228](http://www.facasper.com.br/jo/notas.php?id_notas=228), feita por Ana Paula de Deus e Luísa Pécora, editoras do site, o documentarista João Moreira Salles diz ter visitado Marcinho VP mais de dez vezes na prisão e afirma que cerca de um mês antes da morte do amigo, Marcinho teria lhe enviado uma carta contando que seria assassinado por um descuido do livro. O protagonista não havia lido o livro e tampouco autorizado sua publicação. Alguns dos personagens citados dividiam cela com ele e o fato de não ter tido acesso fez com que o traficante não previsse a possível repercussão<sup>3</sup>.

É notório que o sucesso de ter protagonizado o livro, no mínimo contribuiu para o assassinato, pois “a morte de VP, na prisão, pode significar um acerto de contas entre rivais, uma revanche das forças policiais que teriam se vingado do traficante *Abusado* ou um ato que incorporou a inveja dos companheiros anônimos, irados, sem glamour e sem fama” (PAIVA: 6). Não se pode negar que o traficante pode ser interpretado quase como uma celebridade, sobretudo em seu contexto sócio-cultural.

“O ato de dar voz ao criminoso - virtualmente - faz do narrador, o sujeito da enunciação, um cúmplice no assassinato do bandido. E aqui não se trata de forçar uma barra, exagerando na interpretação do fato, mas simplesmente de admitir o poder que a mídia tem de acender e apagar as estrelas (incluindo aqui a o jornalismo investigativo, literatura de massa, o rádio, o cinema, a televisão).” (Idem).

---

<sup>3</sup> Segundo Moreira Salles, foi uma morte anunciada. Ele foi encontrado morto na lata de lixo com todos os livros que tinha, inclusive o *Abusado*, porque achavam pedante um bandido ler.

Em um estudo sobre os discursos no livro-reportagem *Rota 66 – a história da polícia que mata*, também de Caco Barcellos, a jornalista Ariane Carla Pereira destaca de que forma a construção de uma narrativa vai influenciar o seu público leitor, a partir das referências e do posicionamento do próprio jornalista.

“Acusar, alertar, ameaçar, berrar, exigir, gritar, ordenar e revelar são exemplos de verbos usados por Barcellos e que, implicitamente, colocam em cena julgamentos, ou melhor, posicionamentos. Assim como o discurso relatado que em *Rota 66*, em alguns momentos, tem como função explicitar e/ou contrapor o posicionamento do jornalista-escritor e o da Polícia Militar.

Posicionamentos estes que, numa perspectiva de analista do discurso, considero como formações discursivas e formações ideológicas. (...) Acredito que, ao informar, o jornalista-escritor não apenas relata/narra os fatos, mas também, se posiciona e, nesse momento, confirma filiações ideológicas na forma de informações”. (PEREIRA: 17)

Parece muito claro, dessa forma, que não há aplicabilidade prática no conceito de objetividade jornalística. Se a configuração deste discurso ainda é amplamente aceita por parte de muitos profissionais da área; na prática, torna-se insustentável.

Vale destacar, ainda, que não se trata, aqui, de fazer uma espécie de “condenação” à obra de Caco Barcellos. Mas de refletir sobre as influências e os parâmetros éticos do jornalista na configuração do social.

## **5. Linha Direta: pretensão jornalismo imparcial e neutro**

Ainda na análise desta influência, cabe destacar também o alcance de programas ditos investigativos, como o *Linha Direta*, da TV Globo, a título de exemplo. Nele, há, indubitavelmente, o intuito de denunciar e promover justiça para crimes normalmente considerados hediondos. O que chama a atenção, entretanto, é o formato, a linguagem, a maneira como se mostram os fatos.

O primeiro destaque é para o próprio apresentador, e o tom de suspense e “drama” enquanto narra os VTs. Sua voz em ‘off’, enquanto se passam os vídeos de simulação dos crimes sugerem a neutralidade e a verdade do enunciador e do que está sendo relatado. Ou seja, é a voz

de quem “tudo sabe”, de forma neutra e imparcial. O segundo é para a própria produção dos VTs. A edição, elaborada com base nos relatos de uma prévia investigação, tem como ponto de partida determinada leitura feita a partir desses mesmos relatos. Assim, constrói-se um “pré-julgamento dos fatos”, não deixando a mínima margem para outras interpretações. Mais uma vez vale lembrar que a pretensão deste trabalho não é meramente “condenar” os programas e obras colocados em xeque, mas tentar entender de que forma se constrói a narrativa jornalística e quais suas respectivas conseqüências.

No caso do *Linha Direta*, é imprescindível enfatizar também seu alcance, tendo em vista que o programa é veiculado em rede nacional, pela emissora campeã de audiência. Quando se transmite um programa desta abrangência, com uma espécie de pré-julgamento já feito, sob a ótica de uma interpretação já elaborada acerca dos criminosos, a produção nada mais está fazendo que confirmando os “monstros”, já evidenciados por Michel Foucault.

O filósofo propõe que a sociedade hodierna trabalha com dispositivos normalizadores. A idéia é padronizar todos os cidadãos e, assim, diagnosticar a boa saúde social. Paralelamente, há a construção da figura do “monstro”, que pode ser reconhecida na radiografia do anticidadão por excelência. Esses seriam os marginais ou todos aqueles que se encaixam dentro do estereótipo mais caricato da sociedade, desde o favelado até o terrorista. Figuras, antes de tudo, “monstralizadas”, negativizadas.

E não é isso mesmo que, muitas vezes, o pretense jornalismo investigativo propõe? Isto é, reforçar os estereótipos, os “monstros”, os anticidadãos por excelência? “A mídia como vetor de publicização da vida cotidiana – tem o poder de formar, informar e transformar, mas também pode deformar os estilos de identidade, subjetividade e sociabilidade”. (PAIVA: 2)

Assim, é imprescindível ressaltar a questão ética. E a resolução disso está submetida ao que o jornalista considera como seu dever de cidadão. Caso ele saiba de algo que põe em risco a nação, o seu dever ser o de refletir na profissão. (ABRAMO, 1997:109) E ressalta, ainda, que o conceito de objetividade gera uma contradição na formulação política do trabalho jornalístico. Para ele, “deve-se, sim, ter opinião, saber onde ela começa e onde acaba, saber onde ele interfere nas coisas ou não. É preciso ter consciência. (...) O jornalista não deve ser ingênuo, deve ser cético”. (Idem)

## 6. As narrativas no jornal *Última Hora*

A escolha das narrativas do jornal *Última Hora* como fonte de comparação às narrativas jornalísticas atuais é simples. O jornal diário e vespertino foi fundado no Rio de Janeiro em 12 de junho de 1951 por Samuel Wainer<sup>4</sup>. Essa é a época em que começa a se figurar uma imprensa de maneira mais eficiente no Brasil. Antes disso, o texto tinha um cunho predominantemente literário, não havia técnica formal. A escrita era para aqueles que nasciam com o “dom da palavra”. Machado de Assis, Nelson Gonçalves, João do Rio, entre tantos outros expoentes da literatura compunham as redações entre a década de 20 e a de 50. Havia, na tradição jornalística, certa aura de importância intelectual.

Entretanto, é exatamente por volta de 1950 que a esfera desenvolvimentista começa a se configurar no cenário brasileiro. Os conceitos norte-americanos de objetividade, neutralidade e imparcialidade no exercício do jornalismo encontram terreno muito fértil por aqui. A característica literária do texto começa a dar espaço para a técnica. É o início de um movimento que vai ganhar cada vez mais força com o passar do tempo. O argumento de incorporar “essas técnicas” é que, com o novo formato, as notícias ganhariam mais credibilidade. Somado a isso, há também o interesse em atrair anunciantes. Uma configuração perfeita que se desdobra até os dias atuais.

No *Última Hora*, a ênfase foi dada às grandes reportagens, que, não raras as vezes, aparecem em mais de uma edição do jornal. O repórter que aparece mais vezes neste tipo de reportagem é Edmar Morel. No primeiro mês de publicação, chamou a atenção a matéria “Caxias: a cidadela do crime - onde a criança nasce condenada a morrer.” (MOREL, 1951:12). A matéria tem como início o seguinte trecho:

“Uma cidade aberta aos foragidos da justiça e à vasa humana escorraçada pela polícia carioca – um juiz para 200 mil habitantes, absoluta falta de escolas, mas 350 tendinhas vendem aguardente! Dois mil processos empilhados – fala o juiz. E punhuistas transformados em autoridades. Jogo, charlatanismo, macumba.” (Idem)

---

<sup>4</sup> O *Última Hora* surgiu para aumentar a popularidade de Getúlio Vargas (em baixa na época) e para trabalhar sua imagem junto à opinião pública.

Nesse fragmento, que corresponde ao início da matéria do *Última Hora*, percebe-se claramente como a narrativa se constitui: excesso de apelo e tom sensacionalista, o que é bastante condizente com a linha editorial do jornal, um dos primeiros a dar importância ou mesmo ‘voz’ a áreas como a Baixada. Até então, isso nunca havia sido feito.

A reportagem é cheia de adjetivos e juízos de valor. Há dados e fontes, mas também o excesso de pessoalidade. Apresenta subtítulos como “escória” e “charlatanismo e jogo”. A matéria tem continuidade em outra publicação, que começa da seguinte maneira “Urge tirar as manchas de sangue” (MOREL, 1951:12) e continua:

“O que Caxias precisa – a 30 minutos da Av. Rio Branco – é de escolas, autoridades policiais que tirem a folha corrida, condições de higiene mais condignas, moralização dos costumes, alfabetização, sobretudo, combate às credices populares (...). O que ocorre em Caxias é o reflexo de uma política errônea do governo e de aventureiros que só voltam às suas atenções para o município fluminense às vésperas de eleições, quando derramam dinheiro em busca de votos flutuantes, irritando o cacique, que ali vive desde 1927... Mas, continuemos a narrativa.” (Idem)

Nessa breve análise, fica muito claro, portanto, que a narrativa desse período ainda não havia incorporado os novos preceitos que iriam fazer parte das redações nos seguintes. Entretanto, a matéria apresenta um assunto inovador para época, assim como apresenta um contexto inovador. As reportagens de Edmar Morel normalmente são extensas e não são diárias. As aparições variam de acordo com o tempo de apuração de cada matéria.

Com o tempo, a linguagem jornalística vai se modificando, na tentativa de se alcançar maior credibilidade. E o jornalismo investigativo, tal como é conhecido hoje, ganha força e notoriedade. Após a morte de Getúlio, Edmar Morel publica reportagens mais claramente investigativas, como o envenenamento da população com o leite misturado com água e até com urina humana; o escândalo dos francos furtados ao Banco do Brasil; a venda de entorpecentes por hospitais dos antigos institutos de aposentadoria e pensões; a distribuição de milhões de cruzeiros em subvenções inexistentes a sociedades de caridade; a existência de fábricas de diplomas falsos dentro do próprio Ministério da Educação e uma série de reportagens sobre as condições em que se encontravam os detentos nas prisões cariocas.

## 7. “Última Hora”: a invenção do jornalismo investigativo

Para muitos profissionais, é inconcebível outro conceito senão o de que a notícia é o reflexo do real, de que o fato está dissociado do relato. Para os adeptos desta teoria, é como se isso fosse responsável por “habilitar” o exercício da profissão. É importante salientar que a proposta neste trabalho é ir de encontro ao discurso recorrente na comunidade jornalística de que as notícias são mero espelho do real. A análise toma como embasamento a teoria do *Newsmaking*, “como afirma Tuchman (1983: 94), a notícia constrói uma representação da realidade social; ou conforme reforça Hall (1984: 04), a notícia é uma construção narrativa da realidade”. (AGUIAR, 2006: 76).

A partir de então, fica mais fácil questionar, também, a “obsessão” presente no relato de quase todos os entrevistados por Lopes e Proença pela objetividade e imparcialidade do texto. “(...) investigar tem que ser um ato de vontade de descobrir verdades, de revelar, e exige diferenciais.” (LOPES e PROENÇA, 2003: 196). Ora, se fato e relato fundem-se e qualquer notícia é uma mera exposição unilateral, uma apresentação de determinada ótica ou um “recorte” de determinado olhar, não é no mínimo questionável o “mito” de que o jornalista é a “voz da verdade”?

É preciso entender, primeiramente, que os conceitos de imparcialidade, objetividade e neutralidade surgem no Brasil, na década de 50, com uma finalidade clara: conquistar credibilidade do público, atrair anunciantes. A narrativa informativa no lugar da opinativa, como era antes de 1950, atendia perfeitamente o que se buscava na época: atribuir à imprensa um caráter mercadológico. E é isso, portanto, que vemos até hoje. Um discurso repetitivo de que o jornalista deve ser a “voz da verdade”, enquanto não há um real questionamento sequer sobre como a lógica da imprensa se deu no cenário brasileiro. A partir de então, é possível traçar uma comparação entre as reportagens de Edmar Morel, durante o primeiro mês de publicação no *Última Hora* e as atuais reportagens investigativas.

Muitas são as semelhanças entre as reportagens de Edmar Morel e os critérios para a elaboração das reportagens de expoentes do gênero em questão. Percebe-se que, em suas matérias, Edmar Morel faz questão de estar presente nos locais de apuração. Postura essa compartilhada por Ricardo Kotscho, que defende que o repórter não deve abrir mão de ir ao local

e ver o que está acontecendo. Segundo José Arbex, o ponto de partida do jornalista deve ser a subjetividade contida na dinâmica do fato e a especificidade do olhar de quem vê o acontecimento. Diante desse ponto de vista, a linguagem subjetiva e pessoal das reportagens de Edmar Morel não seria, necessariamente, um problema. Para Arbex, o profissional precisa ter um olhar diferenciado das outras pessoas acerca dos fatos. E ele tem certeza de que o engajamento político do jornalista não é prejudicial à sua produção.

Para o jornalista Bob Fernandes, não existe procedimento padrão, mas algumas atitudes seriam necessárias e óbvias, como checar mais de uma fonte e confrontar versões, depoimentos e declarações, por exemplo. “O importante é o jornalista ter um arquivo, em que possa consultar fontes, informações e declarações.” (LOPES e PROENÇA, 2003: 79). Nesse sentido, pode-se afirmar que as matérias de Edmar Morel atendem, em grande parte, ao que os repórteres do gênero consideram fundamentais. Ele busca assuntos de relevância social, apresenta dados, fontes e uma boa apuração. A sua linguagem, todavia, afasta-se do “padrão” atual, visto que é repleta de parcialidade, sensacionalismo e pessoalidade. Vale ressaltar, entretanto, que esse tratamento ao texto está completamente de acordo com a linha editorial do jornal: um dos primeiros a atingir as classes mais baixas, valendo-se, assim, de uma linguagem menos formal e mais apelativa.

Hoje, a linguagem jornalística se modificou. O texto opinativo não mais se configura no gênero investigativo. Há, também, no cenário atual, muito mais recursos tecnológicos que auxiliam no processo de investigação. No entanto, se a narrativa jornalística é um dos meios de construção da realidade e se os “ideais” norte-americanos de neutralidade e imparcialidade se instauraram por aqui para atender a uma necessidade de mercado, pode-se afirmar, portanto, que as grandes reportagens de Edmar Morel, devido às suas peculiaridades, já desenhavam o que se consolidaria, mais tarde, como jornalismo investigativo.

## 8. Considerações finais

O jornalismo investigativo está ancorado na curiosidade e no trabalho intenso de assuntos para o interesse público. O gênero não pode ser confundido com “denuncismo”, mas isso também não pode desqualificar a denúncia como ponto de partida. No processo de elaboração das reportagens, há um estudo minucioso à essência do que se quer revelar. Ainda que muitos considerem o gênero mero pleonismo, não se pode deixar de destacar que há, sem dúvida, uma peculiaridade em sua construção.

Pudemos constatar, ainda, que a construção do jornalismo investigativo não está na linguagem. Mesmo porque nas reportagens pretensamente imparciais não há - ainda que muitos pensem - de forma alguma, a isenção por parte do jornalista – sujeito do conhecimento. Jamais se transmite a história de forma imparcial.

A investigação está ancorada no processo de produção, na escolha do assunto, no alcance do público, nas influências sobre o público leitor, na construção de uma sociedade democrática, nas interferências da e sobre a sociedade. Por isso, a questão ética deve ser constante para o exercício da profissão. Dessa forma, o profissional deve ter consciência de sua responsabilidade, uma vez que pode possibilitar a formação de olhares críticos e, por conseguinte, mudanças no contexto social.

Diante dos critérios de noticiabilidade do jornalismo investigativo, procuramos entender as influências geradas pelo exercício da profissão. Dessa forma, foi possível questionar a idéia de jornalismo como o reflexo do social para, então, trazer a reflexão sobre as notícias como meio de construção da realidade.

Como produtor de sentido no processo de construção da realidade, ele deve saber que nada – jamais – pode ser contado de forma imparcial ou neutra. Há discursos dentro da própria narrativa jornalística que vão exercer influência sobre a sociedade. E isso gera, inevitavelmente, desdobramentos. O jornalismo tem, portanto, um compromisso. Não se pode reproduzir o discurso técnico, como foi nos anos 50, sem se questionar sobre a mensagem. Diante de um contexto em que muitas vezes a forma, que ganha mais destaque que o conteúdo, e a superficialidade são estimuladas, não se pode esquecer que a notícia não está se destinando a máquinas. Não se pode subestimar o receptor.



Além disso, realizamos um estudo comparativo entre as atuais reportagens investigativas e as chamadas ‘grandes reportagens’ na década de 50, tomando como base o primeiro mês de publicação do Jornal *Última Hora*, a fim de analisar as variações na linguagem jornalística. Foi possível inferir, portanto, como a característica literária perdeu espaço para a técnica; como o jornalismo opinativo daquela época passou a ser coadjuvante, no cenário onde, hoje, protagoniza o jornalismo informativo.

## 9. Referências bibliográficas

AGUIAR, Leonel. Jornalismo investigativo e seus critérios de noticiabilidade: notas introdutórias. *Alceu - Revista da Comunicação, Cultura e Política*. v. 7, n.13, jul./dez. 2006. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Dep. de Comunicação Social.

ABRAMO, Cláudio. *Regra do Jogo – o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz (org.). *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.

MACHADO, Marcia Benetti; JACKS, Nilda. *O discurso jornalístico*. Disponível em: <[http://www.facom.ufba.br/Pos/gthornalismo.doc/2001/machado\\_jacks2001.rtf](http://www.facom.ufba.br/Pos/gthornalismo.doc/2001/machado_jacks2001.rtf)>. Acesso em: 10 Jun. 2007.

MONTEIRO, Adriana Crisanto. *Emoção no discurso da mídia impressa*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/monteiro-adriana-emocao-discurso.pdf>>. Acesso em: 10 Jun. 2007.

MOREL, Edmar. *Jornal Última Hora*. Rio de Janeiro: 14,15,18, 21, 22, 26, 28 Jun. 1951.

PAIVA, Cláudio Cardoso de. *De olho nos traficantes, malandros e celebridades: um estudo de mídia e violência urbana*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/paiva-claudio-midia-violencia-urbana.pdf>>. Acesso em: 10 Jun. 2007.

PEREIRA, Ariane Carla. *Os discursos no discurso do livro-reportagem*. Disponível em: <[http://www.eca.usp.br/caligrama/n\\_6/05\\_Ariane\\_Carla\\_Pereira.pdf](http://www.eca.usp.br/caligrama/n_6/05_Ariane_Carla_Pereira.pdf)>. Acesso em: 10 Jun. 2007.

SIQUEIRA, Carla. *O Sensacional, o Popular e o Populismo nos Jornais ÚltimaHora, o Dia e Luta Democrática, no Segundo Gpverno Vargas (1951-1954)*. Disponível em: <<http://reposcom.Portcom.intercom.org.br/dspace/bitstream/1904/4424/1/NP2SIQUEIRA.pdf>> Acesso em: 10 Jun. 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver. Memórias de um repórter*. Rio de Janeiro, Record, 1989.